

O desenho da paisagem noturna do Rio de Janeiro: inter-relações e dissensos entre valores socioculturais e ambientais (1850-2000)

The design of the nocturnal landscape of Rio de Janeiro: interconnections and dissents between sociocultural and environmental values (1850-2000)

Tatiana de Albuquerque Ferreira¹

Resumo

Este artigo se dedica à paisagem noturna e suas dimensões socioculturais e ambientais, através de suas transformações ao longo do tempo. Ao denominar a noite, enquanto paisagem, enfatizamos a ideia de processo e lhe atribuímos valores culturais e ambientais, que estão em constante transformação. A questão principal deste estudo é como as relações entre natureza, noite e cidade se consolidaram e se repercutiram no desenho da paisagem, relegando a dimensão ambiental da noite a um segundo plano. O objetivo do artigo é investigar o imaginário social e os processos que moldaram nossas relações com a paisagem urbana e noturna. Visamos contribuir com o reconhecimento dos processos naturais noturnos como parte da paisagem e que sua dimensão ambiental tem sido omitida do planejamento urbano. A partir de uma porção do Rio de Janeiro, entre a Serra da Carioca e o mar, nos debruçamos sobre pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e cartografia. Com a triangulação desses métodos e a cartografia como síntese de dados, mostramos que a iluminação é intrínseca ao desenho urbano, por outro lado, seus valores estéticos, funcionais e políticos se sobrepujaram sistematicamente aos valores ambientais da noite. Enfatizamos a importância desses processos ecológicos serem considerados na agenda urbana, pois são fundamentais para a discussão contemporânea da biodiversidade urbana..

Palavras-chave: imaginário, história urbana, cultura urbana, paisagem urbana

Abstract

This paper explores the nocturnal landscape and its sociocultural and environmental dimensions, focusing on how these aspects have transformed over time. By referring to the night as a landscape, we emphasize the concept of process and attribute to it cultural and environmental values that are in continuous transformation. The main question is how the relationships between nature, the night, and the city have developed, and how these relationships have influenced landscape design, often relegating the environmental aspects of the night to a secondary status. This study investigates the social imagery, processes, and layers that have shaped our relationships into the urban and nocturnal landscape. Our aim is to contribute to the recognition of nocturnal natural processes as part of the landscape and to address the environmental dimension that has been frequently omitted from urban planning. Drawing on a region of Rio de Janeiro, between the Serra da Carioca and the sea, we conducted bibliographic and documentary research, interviews, and cartography. Through triangulation and the use of cartography to synthesize data, we demonstrate that lighting is an intrinsic part of urban design. However, its aesthetic, functional, and political values have systematically overshadowed the environmental values of the night. We emphasize the importance of considering these ecological processes on the urban agenda, as they are fundamental to contemporary discussions of urban biodiversity.

Keywords: imaginary, urban history, urban culture, urban landscape

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, tatianadealbuquerque [at] gmail.com

Introdução

Este artigo se dedica à compreensão da paisagem noturna e suas dimensões socioculturais e ambientais¹, através de suas transformações ao longo do tempo. Ao denominar a noite enquanto paisagem enfatizamos a ideia de processo e lhe atribuímos valores culturais e ambientais, que estão em constante transformação (Corner, 1999a; Cosgrove, 1984), sendo fundamental compreender a complexa estrutura de relações na paisagem para se discutir as questões ambientais urbanas. Sob esta perspectiva, este estudo tem o objetivo de investigar o imaginário social e os processos que moldaram nossas relações com a paisagem urbana e noturna, seja com a natureza em si e com as singularidades da noite. A pesquisa visa contribuir com o reconhecimento dos processos naturais noturnos como parte da paisagem e que sua dimensão ambiental tem sido omitida do planejamento urbano.

As relações entre o céu e a Terra já fizeram parte da nossa construção cultural, na qual a noite possui um papel multifacetado. O seu legado é entrelaçado com a fauna e flora da Terra e as diversas leituras do céu se refletem na linguagem, na literatura, na arte e em artefatos produzidos pela sociedade (Gallaway, 2014). Por outro lado, a noite na cidade contemporânea é colocada muitas vezes como esquecida ou até residual, o que dificulta a discussão de questões ambientais emergentes, como os conflitos entre a chamada “sky brightness” ou poluição luminosa e biodiversidade, explicitados em estudos urbanos interdisciplinares recentes que defendem a preservação e a criação de áreas escuras no tecido urbano contra a fragmentação do habitat noturno (p. ex. Challéat, 2018; Sordello *et al.*, 2021).

Esses conflitos espelham os conflitos entre os processos naturais e culturais da paisagem, refletindo questões cíclicas ao longo das transformações das cidades, demonstrando a relevância de uma perspectiva histórica para a sua compreensão. Assim, a questão principal que norteia este estudo é como as relações entre natureza, noite e cidade se consolidaram e se repercutiram no desenho da paisagem, relegando a dimensão ambiental noturna a um segundo plano. Para responder essa questão, adotamos uma porção do Rio de Janeiro como estudo de caso, entre a Serra da Carioca e o mar. A cidade foi lugar de transformações profundas em sua paisagem à noite, sendo um amálgama de diferentes culturas. Vivenciou diferentes formas de iluminação e mudanças tecnológicas, inclusive, foi cenário de conflitos entre as luzes da cidade e áreas consideradas de proteção ambiental.

Muitos estudos trouxeram contribuições significativas para a compreensão da noite enquanto um espaço-tempo distinto e sua pluralidade de valores e significados ao longo do tempo (p. ex. Dunn & Edensor, 2020; Ekirch, 2013; Palmer, 2000; Schivelbusch, 1995). Mais especificamente no Rio de Janeiro, outros estudos colaboraram com o entendimento das transformações tecnológicas da iluminação e das práticas urbanas (p. ex. Feijó & Wagner, 2014; Ferreira, 1999; Mendonça, 2004). Porém, esses estudos se dedicaram às dinâmicas socioespaciais e não abrangeram as questões ambientais da paisagem noturna, o que torna esta pesquisa relevante por considerar a dimensão sociocultural e ecológica da paisagem sob uma perspectiva histórica.

Primeiro, faremos uma breve discussão conceitual sobre a abordagem relacional da paisagem; a noite na cidade e os aspectos metodológicos da pesquisa. Em seguida, relatamos o imaginário noturno dos povos originários e dos colonizadores portugueses, além de antecedentes históricos da cidade colonial. Nas demais secções mostramos as transformações na paisagem noturna que, juntamente com aspectos da urbanização, contribuíram para firmar um distanciamento da noite e de sua dimensão ambiental. Encerramos este artigo mostrando a formação de uma paisagem hegemônica, na qual a natureza noturna foi sendo substituída pelas luzes da cidade, ao mesmo tempo em que evidenciamos a pluralidade dessa paisagem, e explicitamos os conflitos ambientais omitidos ao longo do tempo – tanto em relação ao desenho da iluminação urbana quanto à literatura sobre o tema.

¹ Faz parte de uma pesquisa mais ampla da autora, ver a tese “Cidade noturna: diálogos entre Biodiversidade, Noite e Paisagem” (2024).

Construções teórico-metodológicas

Este artigo comprehende a noite enquanto paisagem. Ao denominá-la como paisagem noturna, enfatizamos a ideia de processo, em que valores culturais e ambientais não são fixos e se transformam ao longo do tempo, participando ativamente na construção de nossa visão de mundo (Corner, 1999a). Sob esta perspectiva, a paisagem se torna um meio em que pluralidades e diferenças se manifestam. Por ela, determinados grupos culturais expressam, impõem e lutam por seus pressupostos políticos, sociais e morais (Cosgrove, 1984). Apesar de a pluralidade de vozes que a paisagem contém, ao longo do tempo, culturas dominantes têm mais força em moldar seus valores em determinadas paisagens, ao mesmo tempo em que relegam outras ao esquecimento ou invisibilidade, tornando-as paisagens residuais (Cosgrove, 1998).

A noite na cidade, sob uma perspectiva histórica, é geralmente considerada a partir da tensão entre valores e significados relacionados à luz e escuridão na sociedade ocidental (Hennrich, 2019). As narrativas da Idade Média e principalmente da Era Moderna atestam a construção de um imaginário noturno europeu ao redor de mistérios, incertezas e de medo (p. ex. Ekirch, 2013). A noite era considerada o abrigo do lado “obscuro” da cidade, em que os chamados “transgressores” da ordem, eram os que a interpretavam como escape da rotina e de opressões do cotidiano (Palmer, 2000). Não à toa, o gesto de iluminar teve diferentes sentidos neste contexto, desde o caráter estético vinculado ao belo, de valorização de sítios importantes na cidade, até o caráter de controle e ordenamento dos habitantes ao anoitecer (Schivelbusch, 1995).

Assim, a iluminação urbana acompanhou formas de manutenção de uma ordem das instituições modernas. Sob o olhar de Walter Benjamin (2006), é possível compreender a formação dessa imagem no imaginário urbano, onde a iluminação se tornou um símbolo de modernidade a partir, especialmente, das Exposições Universais, que divulgavam os preceitos positivistas de ordem e progresso, considerados fundamentais para uma cidade moderna. Por outro lado, a imagem da cidade à noite também contém outras interpretações, associações e memórias, segundo Schlor (2016), é válido questionar estereótipos. Para o autor, a riqueza dessa paisagem não é desvendada por um único olhar, mas sim, em fontes, textos e estórias pouco conhecidas. Dunn & Edensor (2020) também ressaltaram a multiplicidade de valores vinculada à escuridão da noite, expandindo perspectivas do papel da noite em diferentes culturas.

Quanto à metodologia, primeiro nos debruçámos sobre pesquisa bibliográfica e documental, com o intuito de analisar o imaginário social do Rio de Janeiro e explicitar as relações entre a paisagem noturna e sua dimensão ambiental em diferentes momentos. Baseámo-nos nas colocações de Pesavento (2002) sobre as representações literárias da cidade como forma de representação de sua dimensão social e pluralidade, além de articular fontes oriundas de diferentes temas, como do Urbanismo, Iluminação e Astronomia. Assim, nos debruçámos sobre textos, jornais, revistas, obras literárias e crônicas que representassem momentos significativos de modificações na paisagem, principalmente à noite. Consultámos também material iconográfico e cartográfico da cidade. A pesquisa documental foi realizada no Acervo Histórico da Light, na Hemeroteca e Acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil e na Biblioteca Virtual do Observatório Nacional.

Ademais, adotámos o método cartográfico. Segundo Corner (1999b), através da ideia de “agência” do mapeamento, é possível coletar dados, combinar, conectar, omitir, relacionar e principalmente explorar. Não se trata apenas dos atributos físicos do terreno, mas de forças que estão por trás do funcionamento de um determinado lugar. Ao tornar visíveis estas múltiplas vertentes, os conflitos podem vir à tona, tornando o mapa uma expressão da complexidade dos processos naturais e sociais (Corner, 1999b). Assim, assinalámos as transformações morfológicas da paisagem e da iluminação urbana, espacializando nos mapas as percepções do imaginário noturno e dos valores ambientais. Trabalhámos com três temporalidades (1850-1920, 1925-1965, 1970-2000), cuja base cartográfica foi elaborada com dados georreferenciados do Atlas escolar fornecidos pelo Instituto Pereira Passos (IPP) / Gerência de Cartografia, complementados a partir de consulta em Barreiros (1965), plataforma Imagine Rio e outras cartografias históricas (p. ex. Manso, 1850).

Por fim, realizámos entrevistas semiestruturadas a partir da seleção de dois grupos. Primeiro, com moradores, que vivem ou trabalham ao redor do estudo de caso. Segundo, com profissionais de diferentes campos disciplinares que se relacionam de alguma maneira com o estudo da noite,

como biólogos, arquitetos e urbanistas, e perfis envolvidos com iluminação urbana. As entrevistas² foram conduzidas de forma virtual (salvo algumas exceções) no período entre maio de 2022 a maio de 2023, com a obtenção de termo de consentimento. Neste artigo apresentamos especificamente as memórias vinculadas às discussões sobre intervenções de iluminação na cidade. Os moradores entrevistados tiveram sua identidade preservada com adoção de pseudônimos, diferentemente dos especialistas, cujos nomes foram indicados no decorrer dos resultados. Quanto à análise das entrevistas, optámos por sua transcrição completa, conforme Costa (1993), isto permite diferentes leituras do conteúdo, além da percepção de temas não previstos na revisão de literatura.

Antecedentes e a expansão do Rio colonial

A paisagem noturna, composta por astros estelares, lunares e a imensidão do céu noturno, teve leituras e interpretações ao longo do tempo de acordo com diferentes visões de mundo. Para os povos originários que habitavam o Rio de Janeiro, como os Tupinambás, o céu era “um espelho das nossas flora e fauna” (Mourão, 2000, p. 22). Nas palavras yorubás³, de matriz africana, a expressão “Òrun-Aiyé” se refere às relações entre o céu e a Terra. “Àiye” indica o mundo físico habitado por todos os seres e “Òrun” é o mundo habitado pelas divindades. Aponta-se que houve um tempo em que não havia limitações entre esses mundos (Beniste, 1997).

As relações céu-terra para os povos indígenas brasileiros se revelavam na apreciação dos ciclos da natureza na paisagem, como ventos, chuvas, clima, frutificação ou o período reprodutivo dos animais (p. ex. Galdino, 2011). Os povos originários percebiam que estes ciclos correspondiam aos ciclos demarcados no céu, principalmente através das estrelas e constelações. No século XVII, o frade capuchinho francês Claude D'Abbeville escreveu observações sobre os tupinambás no Maranhão, explicitando que eles davam nomes a uma diversidade de estrelas (p. ex. chamavam as Pléiades de *seichu*) e atribuíam à lua o fluxo das marés, algo ainda não determinado pelas ciências na época (Lima et al., 2014).

Já para os portugueses, o céu era um mapa para as navegações e expedições pelo mundo, através da ciência moderna. Estima-se que um dos primeiros relatos da esquadra de Pedro Álvares Cabral em nossas terras tenha sido do astrônomo e físico espanhol Mestre João em 1500. Ele determinou a latitude e descreveu o céu, em particular a constelação do Cruzeiro do Sul, utilizando o instrumento astrolábio. Mediante a dificuldade de medição das coordenadas latitudinais, fez um esboço do conjunto de estrelas que circundavam o polo celeste, denominando-as de “Las Guardas”, referida também como Cruz⁴.

A leitura da paisagem noturna foi essencial para guiar os portugueses em nossas terras. Compreender o céu era uma forma de se situar no mundo, desde as grandes navegações aos observatórios astronômicos. A chegada ao Brasil foi marcada pela demarcação da latitude, um gesto importante para assegurar o domínio territorial (Matsuura, 2022). Através da amalgama desses céus, a paisagem noturna do Rio de Janeiro foi sendo transformada conforme a visão de mundo desses povos, mas sabemos que os pressupostos políticos, sociais e morais portugueses foram dominantes, configurando uma leitura hegemônica (Cosgrove, 1998) da paisagem noturna. Lima et al. (2014) destacam que se trata da invisibilização da cultura indígena no decorrer da colonização europeia, onde os valores da astronomia moderna se sobrepujaram aos valores vinculados aos povos originários e à natureza.

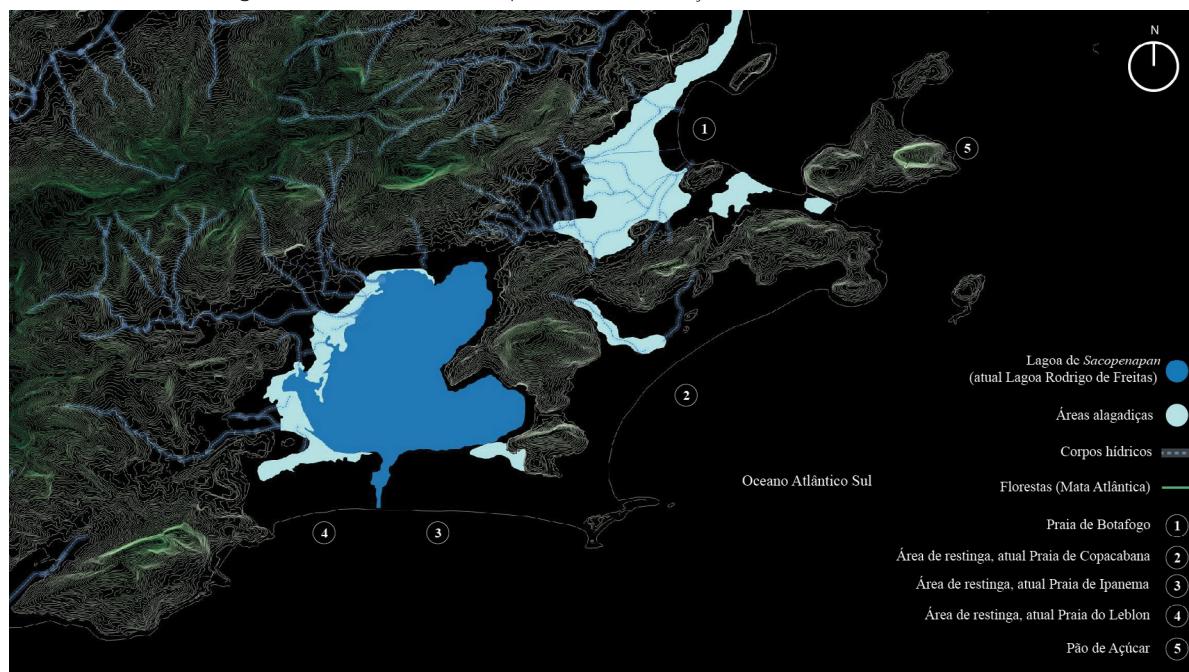
Tracou-se um caminho que ligava a região central da urbe ao que hoje consideramos a Zona Sul da cidade. O percurso chegava a um antigo engenho, que posteriormente deu origem a diversos bairros do estudo de caso, como Jardim Botânico, Leblon, Ipanema, Gávea e Lagoa (Barata & Gaspar, 2015). A área de estudo era toda conectada entre florestas atlânticas e ecossistemas associados de lagoas, rios, córregos, restingas e manguezais. Esta região era composta por diversos corpos d'água, como a Lagoa de Sacopenapan, pelos quais podemos perceber a importância das águas e seus fluxos nesta paisagem (Figura 1).

² Aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ (CEP/CFCH), através do processo n. 5.379.633, com obtenção do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) pelos entrevistados.

³ Etnia africana, que foi escravizada e trazida ao Brasil no período colonial.

⁴ Carta de Mestre João a El-rei D. Manuel I (PT/TT/CC/3/0002/000002). Acervo da Torre do Tombo. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3813442>

Figura 1. Estudo de caso no período de fundação da cidade no século XVI



Fonte: Elaboração própria, a partir de Barreiros (1965) e IPP/ Data.Rio.

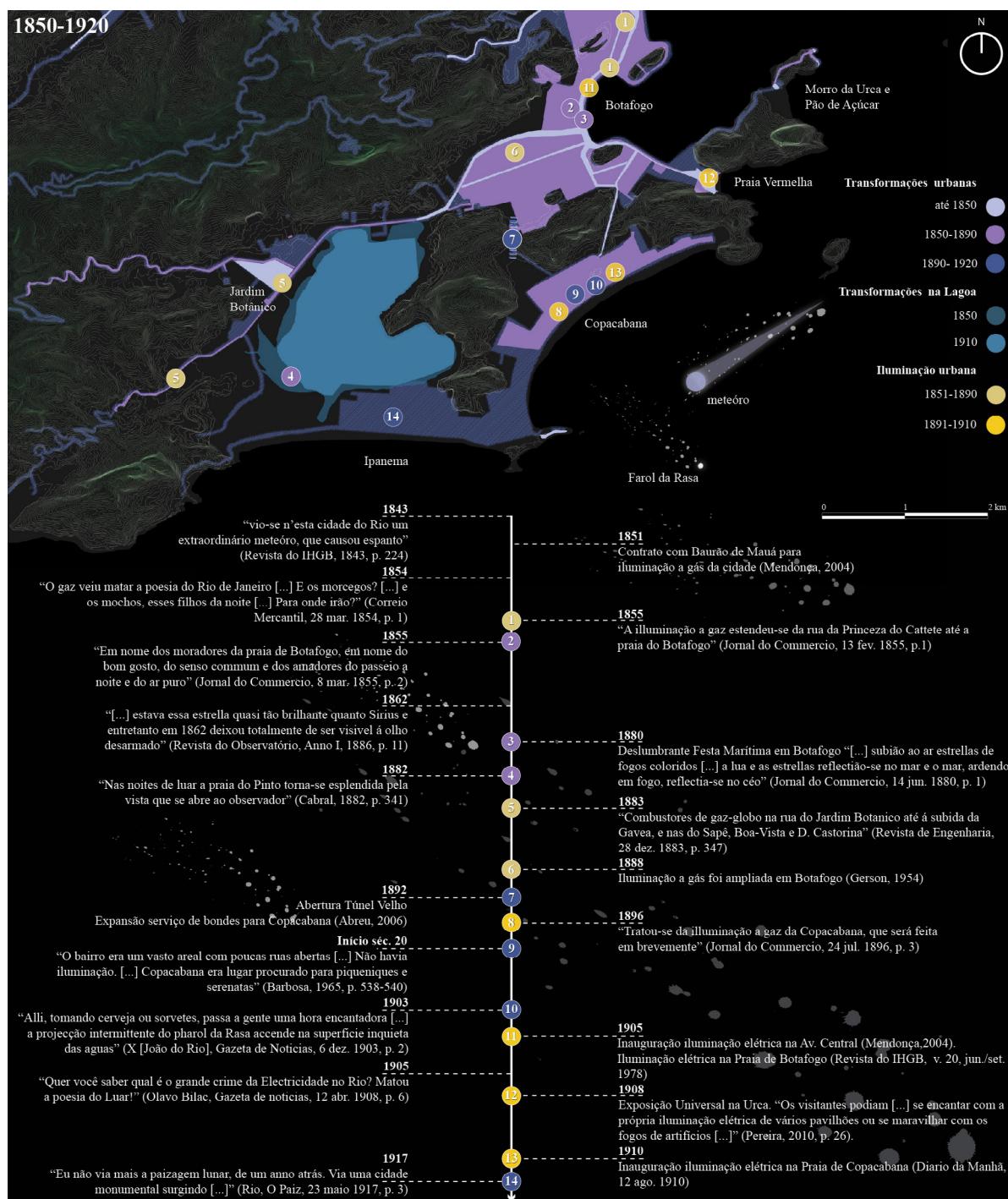
Ainda no século XVII, iniciou-se a transformação do uso do solo em áreas de pastagem para o gado e áreas de cultivo para plantações na região (Barata & Gaspar, 2015). Neste período, a iluminação das ruas era feita por lanternas à base de óleo de baleia, que eram usadas em dias de festa, oratórios e em algumas fachadas. Somente no final do século XVIII, sendo o Rio de Janeiro sede do vice-reino do Brasil, a iluminação passou a ser custeada pelo governo (Mendonça, 2004). Ao mesmo tempo, o céu e sua natureza noturna seguiam com sua importância pelas técnicas astronômicas, que eram fundamentais para a produção de mapas e a defesa do território.

Desde 1730, jesuítas haviam instalado um observatório no Morro do Castelo na região central. Segundo Matsuura (2022), alguns deles dispunham dos métodos mais refinados da época para representar cartograficamente o território brasileiro, cujas coordenadas eram segredos de Estado. Com a vinda da Família Real ao Brasil, em 1808, o Rio de Janeiro, como a capital do Império, passou por grandes transformações em relação ao comércio, economia, administração, cultura e ciência, incluindo a atenção à Astronomia. Era comum manter os olhos no céu, cometas eram descritos na cidade; um meteoro causou espanto e “esclareceu muito a cidade por espaço de um minuto [...]” (Revista do IHGB, 1843, pp. 224).

Outra reverberação, fruto do Rio de Janeiro ser sede da corte, foi submeter a iluminação à recém-criada Intendência Geral de Polícia. Segundo Chazkel (2013), em muitos documentos administrativos, a iluminação urbana já era vinculada à segurança e tranquilidade públicas. Quadrilheiros e capitães do mato faziam patrulhas noturnas, de acordo com orientações das Ordenações Filipinas, principalmente em relação à vigilância da população escrava e imigrante, assim, todo o período imperial foi marcado por toques de recolher e o controle daqueles sujeitos que se encontravam “fora de horas” pela cidade (Chazkel, 2013).

Posteriormente, o sistema a gás de iluminação foi inaugurado na região central em meados do século XIX (Mendonça, 2004), conforme concessão para iluminar desde Botafogo ao centro da cidade (Figura 2). O novo sistema gerava preocupações com a perda da poesia da noite, como também em relação aos animais noturnos como morcegos, corujas e mochos. Ademais, falava-se nos personagens da urbe, como estudantes e amantes do teatro, que precisavam da noite e de liberdade (Correio Mercantil, 1854). Nesse contexto teve início uma discussão no Parlamento sobre os gastos com este sistema, até então rezava-se o seu acionamento com os ciclos da lua. Foi discutido se os combustores deveriam ficar apagados em noites em que não houvesse luar. Por outro lado, reconhecia-se que, com o luar das noites tropicais, o acionamento da iluminação poderia ser dispensado (Annaes do Parlamento Brazileiro, 1855).

Figura 2. Avanço da cidade pela Zona Sul e a virada do século (1850 - 1920)



Fonte: Elaboração própria.

Outro ponto a destacar é que, apesar do controle exercido pelo Império português, a paisagem noturna não deixou de ser vivenciada no espaço público. Na enseada de Botafogo, a noite estava no cotidiano do bairro. Seja pelos amadores do passeio noturno, que consideravam a praia para a prática de "exercício hygienico" (Jornal do Commercio, 1855, p. 2), ou como alternativa para se apreciar uma beleza dita "selvagem" e para fugir do calor "abafadiço de ruas" (Gazeta da noite, 1880, p.1). Sua enseada era lugar de regatas, além de festejos, em que a praia se tornara deslumbrante à noite, muito pela iluminação de casas e jardins, em que globos luminosos deixavam nas águas "esteiras de luz", além de fogos de artifício, da lua e das estrelas (Jornal do Commercio, 1880, p.1). A contemplação da Baía e da enseada de Botafogo ao anoitecer foi registrada no século XIX (Figura 3).

Figura 3. Vista da Baía e à direita, o Pão de Açúcar e parte da enseada de Botafogo



Fonte: L.A.C. Bahia de Rio de Janeiro [18--]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Enquanto em Botafogo os passeios noturnos eram voltados para uma elite, em Copacabana, segundo O'Donnell (2013), desenvolveram outras práticas. Após a escavação de túnel, ligando Botafogo a Copacabana em 1892, e a inauguração da linha de bonde, relata-se uma grande movimentação noturna. O cronista João do Rio descreveu algumas praias na Zona Sul, como espaços públicos alternativos em noites de calor intenso (Rio, 1903). A natureza noturna praiana fazia parte do repertório simbólico dos habitantes, como alternativa de sociabilidade na urbe (O'Donnell, 2013). A iluminação urbana não era uma condicionante da experiência noturna, a única luz mencionada por João do Rio era a refletida no mar pelo "Pharol da Rasa" (Figura 2).

O Rio moderno

A passagem do século XIX para o século XX marca a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana no Rio de Janeiro. Novos meios de transporte, como os trens e os bondes, se tornaram fundamentais nesse processo, facilitando a expansão da cidade rumo às zonas sul e norte (Abreu, 2006). Ousadas obras de engenharia, como a escavação de túneis nas montanhas cariocas representavam a força sobre a própria natureza e a idealização de feições modernas e de progresso, de conquista de um "vazio" recém-desbravado (O'Donnell, 2013). Preparavam-se as áreas da Zona Sul para posterior revenda de terrenos, o que também era acompanhado de iluminação pública e infraestrutura (Abreu, 2006).

Paralelamente ao intuito de expansão da cidade, desde o final do século XIX, questões relacionadas às enfermidades no meio urbano, como a febre amarela, preocupavam o Poder Público, que atribuía a origem destes problemas à insalubridade, ruas estreitas e edificações sem habitabilidade (Brenna, 1985). Nesse contexto foi proposta a remodelação urbana (1903-1906) pelo Prefeito e engenheiro Francisco Pereira Passos, cuja lente de intervenção era a doutrina da medicina social em vigor, inspirada nas reformas urbanas de Haussmann em Paris. A reforma de Passos promoveu a abertura

de ruas, praças e avenidas, sendo marcada por ações baseadas nos princípios de higienismo e da ciência positivista (Brenna, 1985).

Muitas das intervenções foram acompanhadas pelo novo modelo de iluminação, o elétrico, que foi inaugurado de forma definitiva na Avenida Central em evento de projeção nacional. A Avenida Beira-mar foi construída até Botafogo, contornando a Baía de Guanabara com postes ornamentais (Mendonça, 2004). Todas estas intervenções simbolizavam a busca de um domínio da natureza, movidas também pelos ideais de progresso e modernidade. O progresso se constituiu como um grande mito e crença, baseado pelos princípios de evolução, cientificismo, tecnologia e pelo esplendor da burguesia na urbe – que foram expressos por ritos e discursos, desde as exposições universais, congressos científicos às remodelações urbanas (Pesavento, 2002).

Não à toa, o encerramento das intervenções de Passos se deu com a Exposição Nacional (1908), que foi vitrine da cidade recém urbanizada. Segundo Pereira (2010), as exposições moldavam o olhar, da mesma forma que panoramas, fotografias e postais. Representavam um espaço educativo do século 19, “ensinando as novas massas urbanas a observar cidades, povos, culturas e também a hierarquizá-los a partir de uma visão única e evolucionista de desenvolvimento e história” (Pereira, 2010, p. 8) e a iluminação elétrica era parte deste processo. A iluminação da cidade foi consolidada como um símbolo de modernidade, que deveria fazer parte da República recém-instaurada (Mendonça, 2004).

Foi um momento em que se rompeu o vínculo com o ciclo lunar na iluminação urbana, o que trouxe uma continuidade e novas intensidades de luminosidade para o espaço urbano, opostas à luz natural noturna. Para além de outras indagações e contradições geradas com a modernidade, a formação desta paisagem hegemônica – na qual a luz artificial havia se tornado indissociável da paisagem noturna – foi questionada por poetas e escritores. João do Rio ironizou a abundância da iluminação urbana moderna: “Naquele delicioso percurso da avenida Beira-Mar, toda ensopada de luz elétrica [...]” (Rio, 1995, p. 85).

As obras de saneamento e aterramento ao redor da Lagoa Rodrigo de Freitas também fizeram parte do Rio moderno. Entre o mar e a Lagoa, as restingas de Ipanema e Leblon foram sendo ocupadas, principalmente a partir de 1915, com iniciativas de urbanização (Gaspar & Barata, 2015). Como relatou João do Rio, a cidade havia se estendido pelas praias. Ele visitara a praia de Ipanema há um ano, numa noite de luar de inverno e sem luz elétrica. Ao comparar as lembranças dessa noite, relata certa estranheza: “Eu não via mais a paizagem lunar de um ano atrás. Via uma cidade monumental surgindo, ao sol da tarde [...]” (Rio, 1917, p. 3).

Outro aspecto é que se a modernidade foi vinculada à claridade, em contraposição, a noite foi colocada como uma paisagem errática – o que reafirma a ideia da paisagem noturna como lugar de subculturas marginalizadas na cidade (Palmer, 2000), longe da visibilidade dos holofotes modernos e dos cenários da Belle Époque. O escritor Benjamim Costallat buscava expor o Rio de Janeiro que se tornava cada vez mais cosmopolita e que importava modismos franceses de um submundo noturno: “enquanto a grande cidade, numa orgia de luz, espreguiça-se pelas suas avenidas lindas e floridas, passa a noite nos seus cabarets luxuosos, bebendo e cantando...” (Costallat, 1990, p. 75).

Assim, a iluminação elétrica passou a acompanhar as grandes obras de infraestrutura, além de fazer parte da reforma urbana de alguns bairros, como Botafogo, que foi o primeiro a receber eletricidade em todo o seu território (Mendonça, 2004). A supressão do modelo de iluminação anterior a gás começou a ser o objetivo da então Inspetoria de Iluminação (responsável pela iluminação pública), enquanto se expandiam as ruas iluminadas na cidade. Até 1927, diversos bairros da Zona Sul, por exemplo, já possuíam alguma via com luz elétrica, além de iniciativas no subúrbio carioca (Revista Brasileira de Engenharia, 1927).

Na década de 1930 foi formulado outro plano urbano, o Plano Agache⁵, que somente foi retomado em 1937. No plano a beleza da cidade foi exaltada pela vegetação exuberante e pelo “espelho d’água da bahia, o collar de perolas das suas luzes, aparece-nos coberta de joias [...]” e, ao falar das qualidades do Rio, apontou que a cidade continha a “fada” da eletricidade para iluminá-la (Agache, 1930, pp. 122 e 84). Pensar a cidade no Urbanismo do século XX era, então, incorporar a eletricidade e suas luzes

⁵ Elaborado por Alfred Agache, para embelezamento, extensão e remodelação do Rio de Janeiro (1926-1930).

brilhantes (Figura 4). A cidade ganhou diversas metáforas, como “cidade-luz sul-americana” (Revista GE, 1989).

Figura 4. Vista noturna de Botafogo e a ideia de “colar de pérolas” na Baía



Fonte: Vista noturna do Corcovado: vista panorâmica [1935?], margens e saturação adaptadas pela autora. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

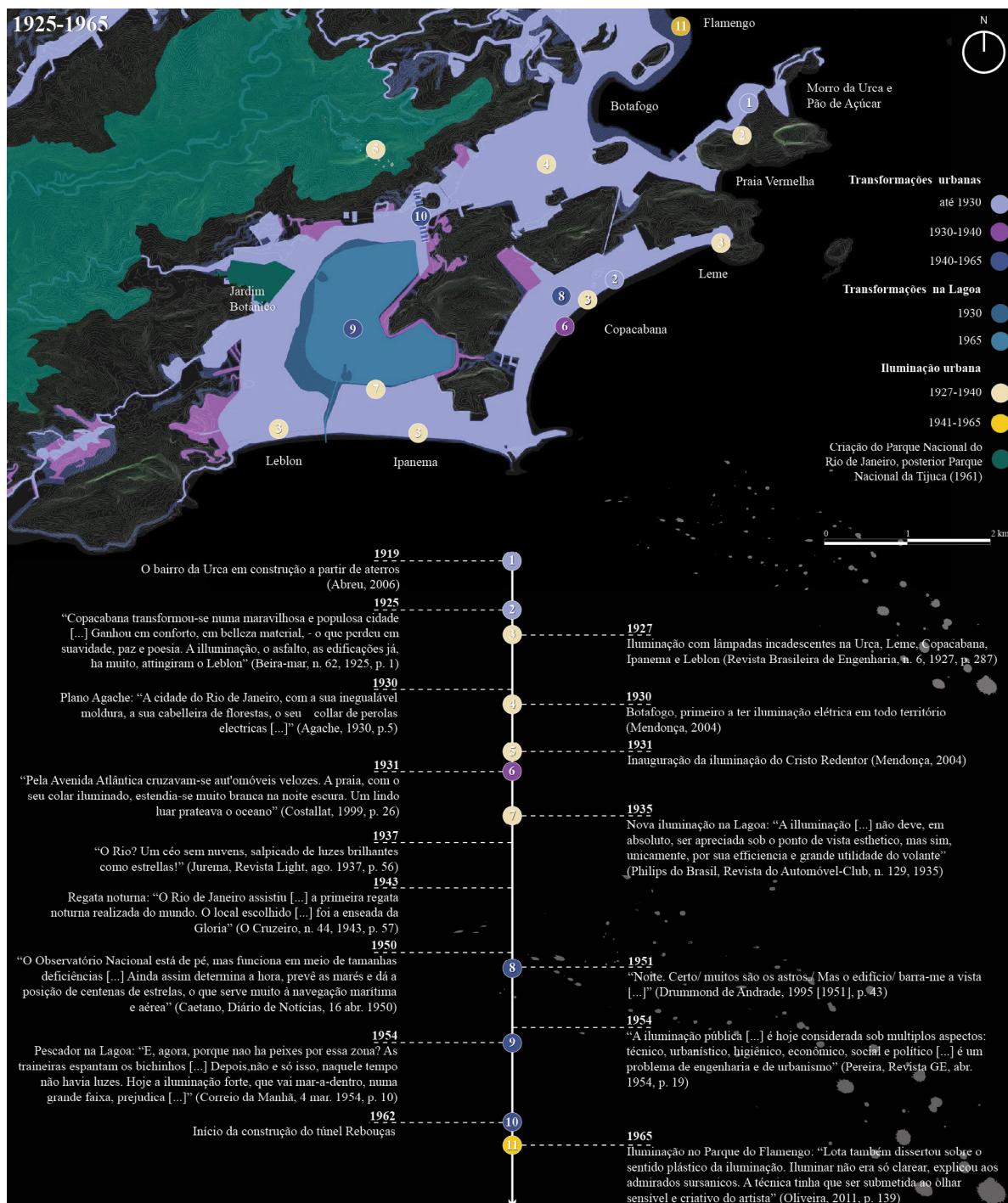
A Indústria do setor elétrico impulsionava a dicotomia entre o retrocesso (antigo) e o moderno, afirmando que o Rio de Janeiro do final da década de 1930 nada tinha a ver com o saudosismo de outros tempos, iluminado por lamparinas de azeite (raras e trêmulas), onde somente se enxergava “sofrivelmente” nas ruas sem iluminação quando havia noite de luar. O Rio passou a ser considerado “a cidade mais clara da terra! Incomparável triumpho da civilização [...]” (Araujo, 1937, pp. 1). A paisagem noturna e suas singularidades foram sendo substituídas pelo encantamento e deslumbramento da iluminação urbana (Figura 5).

Importa frisar que a década de 1930 foi marcada pela difusão da Engenharia de iluminação pelo mundo (Ferreira, 1999). No Brasil, a luz na arquitetura moderna foi vista como uma síntese construtiva e o arquiteto como “verdadeiro psicólogo da luz, para realizar a obra que sua imaginação de artista cria [...]” (Pereira, 1934, p. 19). Entretanto, em relação ao espaço urbano, identificamos que houve uma cisão, na qual a iluminação foi colocada como um “problema” de Engenharia e do Urbanismo, com o domínio dos métodos fotométricos e da mentalidade rodoviarista. A iluminação sem o uso da técnica foi criticada como precária e “longe de qualquer pretensão urbanística” (Pereira, 1954, p. 19).

Assim, são consolidados pilares projetuais para a realização do que é considerada “boa iluminação pública” ao redor de premissas de segurança, conforto, economia, estética e continuidade, cuja base é a uniformidade, delineada sob o ponto de vista da infraestrutura viária e de segurança para o trânsito noturno (Pereira, 1954). Em contraposição, na década de 1960, o projeto de iluminação para o Parque do Flamengo proposto pelo designer americano de iluminação Richard Kelly, buscava dialogar com aspectos qualitativos da luz. Apesar de muitas críticas, ensaiava-se uma ruptura com

as soluções usuais da época (Oliveira, 2011). Entretanto, os valores vinculados à infraestrutura viária foram os vigentes no desenho de iluminação da paisagem (Figura 5).

Figura 5. Consolidação da urbanização da Urca, Copacabana, Ipanema e Leblon (1925 – 1965)



Fonte: Elaboração própria.

Perda do céu e invisibilidade ambiental

O crescimento urbano e a verticalização também fomentaram o distanciamento da paisagem noturna. Entre 1930 e 1950, transformações foram impostas na região do estudo de caso, a partir da ideologia de "morar à beira mar". Unidades unifamiliares foram substituídas por edifícios,

ocorrendo um *boom* imobiliário em Copacabana (Abreu, 2006). Carlos Drummond de Andrade se viu impossibilitado de ver o céu: “Noite. Certo/ muitos são os astros./ Mas o edifício/ barra-me a vista./ Quis interpretá-lo./ Valeu? Hoje/ barra-me (há luar) a vista./ Nada escrito no céu,/ sei./ Mas queria vê-lo./ O edifício barra-me/ a vista (1995 [1951], pp. 43–44).

Na década de 1970, inaugurou-se o Planetário da Guanabara no Rio de Janeiro, onde já se reconhecia o caráter poluidor da iluminação (O Jornal, 1970). Depois de cerca de 40 anos de iluminação do Cristo Redentor, foi publicada a notícia “Mariposa é problema do Corcovado” (Jornal do Brasil, 1973, p. 12), denunciando as milhares de mariposas mortas todas as noites no local devido à iluminação do monumento. Apesar deste impacto ecológico, não foi cogitado o desligamento das luzes, mesmo com o alerta feito por especialistas na época. A existência de nichos inacessíveis à luz artificial na Floresta da Tijuca permitiria a renovação da população de insetos, embora se reconhecesse que muitas espécies estavam “em processo de eliminação” devido à iluminação (Jornal do Brasil, 1974, p. 12).

Havia a preocupação com relação a outros animais noturnos que se desorientavam com a iluminação intensa do monumento, sobretudo em noites de chuva: “pode-se ver no chão do Cristo, milhares de insetos e aves, e às vezes, curiango, ou corujas, mortos” (Jornal Opinião, 1976, pp. 8). Apesar dos relatos da época, não identificamos ações em relação à iluminação do monumento, demonstrando a invisibilidade da questão ambiental noturna. É importante destacar que este conflito aconteceu após a criação do Parque Nacional do Rio de Janeiro (1961), que já reconhecia a necessidade de medidas protetivas ao redor da Floresta Tijuca, posteriormente nomeado de Parque Nacional da Tijuca (Figura 6).

Para compreendermos este contexto, convém voltar à ocupação do solo do estudo de caso e como as áreas de proteção ambiental surgiram. A partir de 1930, bairros que tinham uma tradição fabril foram encerrando as atividades industriais e loteando seus terrenos (Gaspar & Barata, 2015). Segundo os autores, com os loteamentos residenciais de maior poder aquisitivo, o bairro do Jardim Botânico e adjacentes tiveram seu crescimento dinamizado, ao longo do século XX, quando as inúmeras chácaras foram desmembradas. Outro aspecto é o processo de favelização. Há relatos de ocupação de áreas verdes no estudo de caso anteriores ao início do século XX, devido principalmente às reformas de Pereira Passos no centro da cidade (O'Donnell, 2013).

Com a publicação do código de obras de 1937, foram estabelecidos zoneamentos para a cidade e proibidas novas construções em favelas (Costa, 2009). Posteriormente, houve várias ações governamentais com este propósito. Na década de 1960 durante a Ditadura militar o governo foi marcado por uma política remocionista, que desencadeou um processo violento de remoções de favelas – o que tornou a especulação imobiliária ainda maior neste contexto (Costa, 2009). Dentro as favelas situadas no estudo de caso, a maioria foi removida por completo (Figura 6). Foi neste contexto que as áreas verdes, oriundas de algumas remoções foram destinadas à criação de parques públicos, cujos decretos não mencionavam questões de preservação ambiental, mas justificavam a necessidade de remoção das favelas existentes.

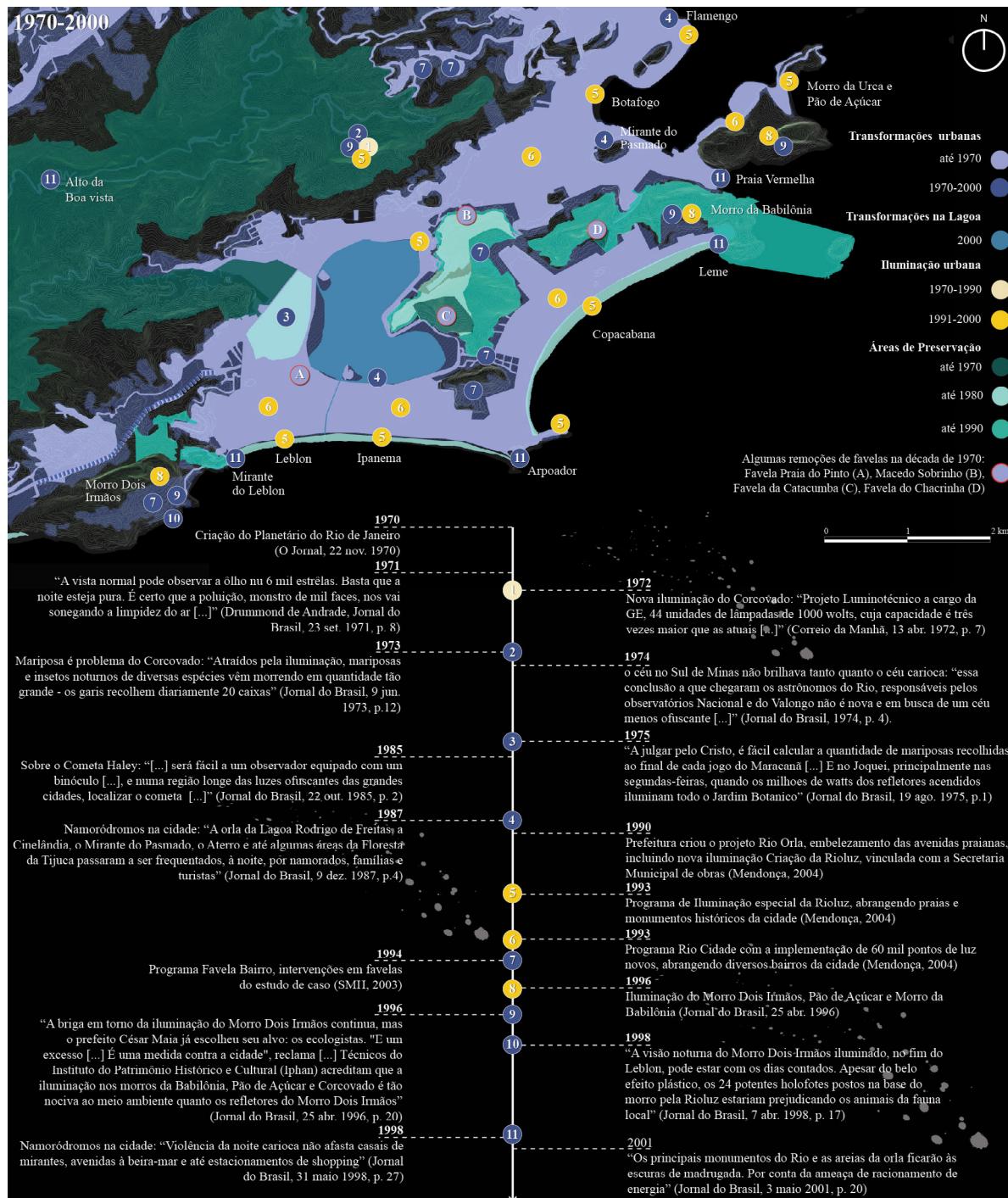
Voltando à década de 1970, contexto em que as mariposas davam alertas ambientais da dimensão ambiental noturna, a passagem de um cometa deixou a certeza de que, nas grandes cidades, a pesquisa celeste se encontrava impraticável pela poluição luminosa – o que justificava a transferência dos observatórios para outras áreas, segundo astrônomos do Rio de Janeiro (Jornal do Brasil, 1974). A década de 1980 refletiu o momento de abertura política e o retorno ao espaço público à noite, onde havia a preocupação de manter uma iluminação que prolongasse as atividades e que mantivesse a segurança pública (Mendonça, 2004). Em paralelo, surgiram programas que, com o policiamento, estimularam o lazer noturno. Não à toa, os policiais acabaram apelidados de “vaga-lumes do amor” e os locais de “namoródromos”, como a Lagoa e a Floresta da Tijuca que passaram a ser mais frequentadas à noite (Dutra, 1987).

As novas dinâmicas socioespaciais da noite carioca e a mudança de gestão da iluminação pública, com a criação da Rioluz (Companhia Municipal de Iluminação Pública) em 1990, passaram a direcionar a iluminação em programas de reforma urbana, como o Rio Cidade e o Favela-Bairro⁶.

⁶ Rio Cidade e Favela Bairro foram programas de Urbanismo realizados no Rio de Janeiro, na gestão do Prefeito César Maia (1993-1996) e na gestão de Luiz Paulo Conde (1997-2000).

Simultaneamente, a criação do Programa de Iluminação especial intensificou a iluminação para monumentos e para a Orla da cidade. A iluminação urbana havia sido vinculada à formação de ambientes, em um momento de difusão dos planos diretores de iluminação, cujas premissas do chamado “Urbanism Lumière”⁷ influenciaram a forma de se pensar a luz na cidade, principalmente envolvendo o valor do Patrimônio Histórico.

Figura 6. Avanço da cidade em direção à Zona Oeste, especulação imobiliária e invisibilidade das questões ambientais noturnas (1970 – 2000)



Fonte: Elaboração própria.

⁷ Traduzido por José Miguez como “Urbanismo Luz”, uma abordagem que integrava dimensões qualitativas e plásticas à iluminação urbana.

Conforme entrevista com o ex-diretor da Rioluz José Canosa Miguez⁸, almejava-se a aproximação de arquitetos ao Urbanismo, pois a iluminação foi entendida como campo da Arquitetura – o que demonstrava o deslocamento do olhar rodoviarista e da engenharia para a abrangência de outros aspectos da cidade, inclusive de estímulo ao turismo noturno com passeios de helicóptero ao redor dos monumentos iluminados. Segundo Miguez, a iluminação de monumentos, por exemplo, era feita tal como a iluminação viária, ou seja, a uniformidade era o foco. Através de seu olhar, enquanto arquiteto, pôde contribuir com o programa da Rioluz, enfatizando os elementos arquitetônicos, volumes e texturas. O contexto era de criar uma imagem e estimular o turismo, através da iluminação artística nas praias, fachadas e monumentos que fizessem parte do patrimônio da cidade (Mendonça, 2004).

Importa destacar que a questão ambiental na iluminação urbana até então era voltada para aspectos de eficiência energética, segurança, redução de consumo e renovação tecnológica. Não havia uma preocupação com as dinâmicas da fauna e da flora como atualmente se reconhece, conforme relembra a arquiteta e urbanista entrevistada Luciana Hamada⁹. Miguez também comentou que não havia estudos consolidados sobre o real impacto da luz no meio ambiente, mas especulava-se alguns possíveis impactos, como entre as mariposas. Somente com o Plano Diretor do Rio de Janeiro, de 2011, foram incorporados valores relacionados à gestão ambiental em relação à paisagem noturna, no qual são mencionados “tipos de iluminação mais apropriados para Unidades de Conservação da natureza” (Góis, 2015, p. 135).

Se, de um lado, o projeto de iluminação urbana foi sendo cada vez mais vinculado ao desenho do espaço urbano e à arquitetura, por outro lado, as dinâmicas ambientais da noite não foram incluídas nos planos da cidade. Isto apesar de a década de 1990 ter sido de grande repercussão das questões ambientais e iluminação, desvelando importantes conflitos entre o poder público, moradores e técnicos de diversas áreas. Foi o momento em que se anunciou que o Morro Dois Irmãos seria iluminado da mesma forma que o Corcovado e o Pão de Açúcar, áreas que fazem parte do nosso estudo de caso (Figura 6). A pressão da mídia e o apoio popular recebido com a notícia foram determinantes. Miguez conta que a Prefeitura recebeu ainda apoio da indústria da iluminação, que ofereceu o material para o projeto.

A Rioluz se encontrava num impasse, pois imaginava a possível perturbação ambiental, mas deveria cumprir a missão que lhe fora dada. A repercussão foi imediata, inclusive da vizinhança ao redor, que começou a perceber a presença de animais noturnos em locais antes não vistos. Essas perturbações foram reafirmadas por alguns entrevistados nesta pesquisa. O pescador da Lagoa entrevistado nos disse que os holofotes haviam modificado o hábito dos animais, pois eles não gostavam de luz. Estela, moradora da Lagoa, lembrou que “a natureza percebeu, sentiu e se retraiu” e que os animais, como morcegos, foram prejudicados. Marcelo, ex-morador da Gávea, recorda que a iluminação era muito bonita, no entanto, biólogos diziam que a luz estava deslocando os morcegos para os demais bairros. Ele nos contou que moradores do Leblon e da Gávea acabaram mordidos por morcegos na época.

Técnicos do IPHAN acirraram o debate ao mencionar que, a iluminação dos morros da Babilônia, Pão de Açúcar e Corcovado era tão nociva quanto a do Morro Dois Irmãos (Jornal do Brasil, 1996). O IPHAN afirmou que estes monumentos naturais possuíam fauna e flora semelhantes e estariam expostos aos mesmos impactos ecológicos. Por outro lado, para a Prefeitura, desligar a iluminação era uma “medida contra a cidade” (idem, p. 20). É importante reforçar que já haviam sido decretadas outras áreas de proteção ao redor desses monumentos naturais, como a APA dos morros da Babilônia e São João, APA do Morro do Leme, Urubu e Ilha de Cotunduba e o Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos¹⁰ (Figura 6).

Miguez comentou que foi feito um laudo, onde se sinalizava que a biota já estava comprometida e, assim, a recomendação foi que a iluminação deveria ser mantida até meia noite. A perita que havia afirmado o não impacto da luz mudou o seu veredito e disse que os holofotes estariam sim prejudicando a fauna local: “Agora que a perita voltou atrás, a iluminação deve ser desligada [...] Gaviões raros, roedores, anfíbios e outros animais da fauna do Dois Irmãos podem ter sofrido

8 Arquiteto entrevistado, Diretor (1993-1999) e Presidente (1999-2000) da Rioluz.

9 Arquiteta e urbanista do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

10 Decreto Municipal nº 14.874/ 96, Decreto Municipal nº. 9.779/ 90 e Decreto nº 11.850/ 92, respectivamente.

alterações em seus ciclos reprodutivos" (Jornal do Brasil, 1998, p.17). Segundo Miguez, apesar das críticas ambientais, havia o reconhecimento da beleza que o tom dourado da iluminação trouxe ao morro – o que nos mostra que os valores estéticos vigentes vinculados à iluminação urbana se sobrepunham aos valores ambientais.

Nos anos 2000, em resposta à crise energética e ao racionamento de energia, planejou-se o desligamento ou redução da iluminação urbana, incluindo monumentos e espaços públicos, além de algumas praias. Medidas que de imediato ocasionaram preocupação por parte de moradores em relação à segurança, discutindo-se a necessidade do aumento do policiamento. O Corcovado foi mantido aceso: "[...] Por ser um dos maiores símbolos da cidade, optamos apenas por reduzir a intensidade da iluminação" (Jornal do Brasil, 2001, pp. 20), perpetuando a invisibilidade da questão ambiental. A bióloga entrevistada Tatiana Ribeiro¹¹ nos disse que as unidades de conservação ambiental seguem a lógica de uma infraestrutura mínima, onde os níveis de luz são os mínimos possíveis ou inexistentes, entretanto, desconhece que haja um regimento formal que regularize de fato a iluminação nestas áreas atualmente.

Discussão: cisões entre valores socioculturais e ambientais

Os valores atribuídos à paisagem noturna do Rio de Janeiro eram vinculados com formas de vida totalmente entrelaçadas com a natureza. O céu indígena, por exemplo, era reflexo dos ciclos naturais que guiavam as formas de habitar a Terra. Posteriormente, os valores atribuídos a esta mesma paisagem se tornaram ligados às relações de poder e de expansão do território, visto que o céu era considerado um mapa para desbravar mares e uma forma de mapear o território. Em comum, a leitura desses céus tinha a compreensão dos processos naturais da noite como guia e orientação. Até à passagem do século XX, os ciclos da lua eram vinculados com os sistemas de iluminação vigentes, ou seja, as dinâmicas socioculturais eram de alguma forma alinhadas com os processos ambientais noturnos na noite da cidade.

Apesar de a noite ser um espaço-tempo vigiado e controlado desde o Rio de Janeiro colonial e regido por dualismos comumente apontados na noite ocidental (Ekirch, 2013), mostrámos que ela não deixou de ser vivenciada pelos moradores da urbe, seja em festas ou passeios noturnos em espaços públicos, e posteriormente nas praias da cidade – atestando que havia uma sociabilidade vivenciada ao anoitecer. Entretanto, indicámos que a paisagem noturna foi sendo colocada em segundo plano, e apontámos alguns fatores no decorrer das transformações urbanas, onde os valores socioculturais se desvincularam aos poucos dos valores ambientais vinculados aos processos naturais da paisagem.

O imaginário social por trás das grandes obras de infraestrutura visava o domínio da natureza na virada do século sob o viés positivista (Pesavento, 2002). Com a expansão urbana do estudo de caso, fragmentaram-se florestas e o fluxo das águas, extinguiram-se manguezais e restingas. Consolidou-se uma nova estética com as luzes da cidade, independente dos processos naturais noturnos. O imaginário moderno contribuiu com este processo, reafirmando o dualismo entre o que é iluminado artificialmente, equivalendo a seguro e positivo, e o escuro ou menos iluminado visto como retrocesso e negativo. Houve ainda uma cisão entre a compreensão da luz como uma materialidade para a arquitetura e a iluminação urbana, colocada como técnica do Urbanismo para uma infraestrutura viária.

Somente na década de 1990 ocorreu uma reaproximação do arquiteto ao projeto de iluminação urbana, mas isto não impediu que a natureza noturna fosse invisibilizada, posto que os valores relacionados com a estética da luz para a construção de uma imagem noturna da cidade e de valorização do Patrimônio Histórico eram dominantes. Outro aspecto é que a poluição luminosa, desde a década de 1970, passou a se mostrar incompatível com as atividades astronômicas no Rio, justificando a necessidade de transferência de observatórios. Entretanto, não apenas a iluminação urbana nos distanciou da visibilidade do céu noturno, a própria verticalização da cidade e o adensamento dos bairros contribuíram para este processo.

¹¹ Analista do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), gestora da Unidade de Conservação MONA Cagarras.

Destacamos que ao triangular métodos para estudar o imaginário noturno, assinalamos conflitos e contranarrativas que não são contemplados na história urbana da cidade, reafirmando a pluralidade que a paisagem noturna contém, em consonância com estudos que abordam aspectos sociais e culturais da cidade à noite (p. ex. Dunn & Edensor, 2020; Schlör, 2016). A paisagem noturna do Rio de Janeiro geralmente é condicionada às narrativas de progresso de uma cidade iluminada e moderna (p. ex. Dunlop, 1949; Ferreira, 1999; Mendonça, 2004), entretanto, com a pesquisa documental, apontamos outras concepções e vivências dessa paisagem, incluindo vínculos sociais com os processos naturais noturnos.

Através das entrevistas e de textos da época, detalhamos embates ambientais – que não estão na literatura da noite na cidade – revelando o lado impactante da luz, indo além de sua discussão estética. Dessa forma, mostramos como os valores relacionados à ênfase dos monumentos, juntamente com valores políticos para criação de uma imagem noturna, foram dominantes no planejamento da cidade, sobrepondo-se aos valores ecológicos. A iluminação dos monumentos naturais foi cessada no final da década de 1990, mas o Cristo Redentor, considerado símbolo da cidade, permanece iluminado na Floresta da Tijuca.

As cartografias não somente contribuíram para a espacialização dos dados coletados, mas também para uma síntese das forças e camadas que moldaram a paisagem (Corner, 1999b) – demonstrando a complexidade de relações embricadas ao longo do tempo quando tratamos das dimensões socioculturais e ambientais da paisagem noturna do Rio de Janeiro. Este método sistematizou como as dissonâncias entre valores da iluminação artificial e valores ecológicos, o afastamento da natureza em si e a verticalização da cidade, relegaram a paisagem noturna e seus processos naturais a um segundo plano.

Conclusões

O presente estudo investigou o imaginário social e os processos que moldaram nossas relações com a paisagem urbana e noturna do Rio de Janeiro. Buscou responder como as relações entre natureza, noite e cidade se consolidaram e se repercutiram no desenho da paisagem, relegando a dimensão ambiental noturna a um segundo plano. A pesquisa contribuiu com o reconhecimento dos processos naturais noturnos como parte da paisagem, afirmando que a noite contém uma dimensão ambiental que tem sido omitida do planejamento urbano. Quando compreendemos a noite como paisagem, explicitamos o emaranhado de relações em sua estrutura.

Compreendemos a importância da discussão atual sobre biodiversidade urbana e noturna (Challéat, 2018; Sordello *et al.*, 2021), principalmente pela consideração das dinâmicas noturnas da fauna e da flora e suas conectividades. Por outro lado, reconhecemos a complexidade do desafio ambiental que envolve as dinâmicas da natureza e a iluminação artificial em nosso contexto, pois se trata de conflitos profundos entre processos naturais e culturais que perduram na história da cidade. Ao triangular diferentes métodos, explicitamos essa complexidade, demonstrando que a iluminação é intrínseca ao desenho urbano e que seus valores estéticos, funcionais e políticos se sobrepujam sistematicamente aos processos naturais noturnos.

Nesse sentido, destacamos a importância desses processos serem considerados e debatidos na agenda urbana. O planejamento urbano deve buscar caminhos para alinhar as dimensões ambientais e culturais da paisagem (Corner, 1999a), incorporando de forma mais incisiva valores ecológicos ao desenho e planejamento de iluminação das cidades, pois são fundamentais para a discussão atual da biodiversidade urbana.

A metodologia cartográfica pode contribuir com diferentes contextos, pois trata-se de uma ferramenta catalisadora que sobrepõe métodos e dados de campos distintos, revelando conflitos e dissensos da paisagem. Mostramos diversas vivências e percepções da paisagem noturna carioca, porém reconhecemos que os valores dos povos originários merecem ser mais explorados. A pesquisa não os abrangeu nas cartografias devido ao recorte temporal, o que poderia ser investigado em pesquisas futuras, ainda mais com estudos recentes da Astronomia cultural, que apontam críticas sobre como a cultura indígena foi invisibilizada ao longo da colonização e buscam resgatar o seu conhecimento (p. ex. Lima *et al.*, 2014).

Agradecimentos

A autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - processo n. 141355/2019-0 e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001 pelo fomento da pesquisa. Agradece aos entrevistados pela participação, principalmente ao José Canosa Miguez (*in memoriam*) por compartilhar suas experiências, à Prof. Dra. Lúcia Costa pela orientação e ao Prof. Dr. Rodrigo Paraizo pelas considerações neste artigo.

Referências

- Abreu, M. (2006). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* (4º ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Agache, A. (1930). *Cidade do Rio de Janeiro, Remodelação, Extensão e Embellecimento*. Paris: Foyer Bresilien.
- Barbosa, F. de A. (1965). Dona Filó é quem diz. In Manuel Bandeira & Carlos Drummond de Andrade (Eds.), *Rio de Janeiro em prosa & verso* (Vol. 5, pp. 537–540). José Olympio.
- Barata, C. E., & Gaspar, C. B. (2015). *A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas na formação de Jardim Botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade*. Rio de Janeiro: Cassará.
- Barreiros, E. C. (1965). *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro: Ensaio 1565-1965*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Beniste, J. (1997). *Órun-Àiyé: O Encontro de Dois Mundos: O encontro de dois mundos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Benjamin, W. (2006). *Passagens* (W. Bolle & O. C. F. Matos, Eds.). Belo Horizonte: UFMG.
- Brenna, G. R. del. (1985). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index.
- Chazkel, A. (2013). O lado escuro do poder municipal: A mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro oitocentista. *Mundos do Trabalho*, 5(9), 31–48. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2013v5n9p31>
- Challéat, S. (2018). Le socioécosystème environnement nocturne: Un objet de recherche interdisciplinaire. *Natures Sciences Sociétés*, 26(3), 257–269. <https://doi.org/10.1051/nss/2018042>
- Corner, J. (1999a). Introduction: Recovering Landscape as a Critical Cultural Practice. In J. Corner (Ed.), *Recovering Landscape: Essays in Contemporary Landscape Theory* (pp. 1–26). New York: Princeton Architectural Press.
- Corner, J. (1999b). The Agency of Mapping: Speculation, Critique and Invention. In D. Cosgrove (Ed.), *Mappings* (pp. 212–252). London: Reaktion Books.
- Cosgrove, D. (1984). *Social Formation and Symbolic Landscape*. London: Croom Helm.
- Cosgrove, D. (1998). A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens Humanas. In R. L. Corrêa & Z. Rosendahl (Eds.), *Paisagem, tempo e cultura* (pp. 92-123). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Costa, S. S. (2009). *Saneamento e melhoramento da Lagoa Rodrigo de Freitas: A preparação de um espaço urbano para as elites* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense].
- Costa, L. M. S. A. (1993). *Popular values for urban parks: A case study of the changing meanings of Parque do Flamengo, in Rio de Janeiro* [Ph.D. Thesis]. University College London.
- Costallat, B. (1990). *Mistérios do Rio* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.

- Drummond de Andrade, C. (1995 [1951]). Opaco. In *Claro enigma: Poesia* (10º ed, pp. 43–44). Rio de Janeiro: Record.
- Dunlop, C. J. (1949). *Apontamentos para a História da Iluminação da Cidade do Rio de Janeiro*. Cia. de Carris, Luz e Força.
- Dunn, N., & Edensor, T. (Eds.). (2020). *Rethinking Darkness: Cultures, Histories, Practices*. London: Routledge.
- Ekirch, R. (2013). *At Day's Close: A History of Nighttime*. London: Phoenix, Orion Books.
- Feijó, L., & Wagner, M. (2014). *Rio cultura da noite: Uma história da noite carioca*. Casa da Palavra.
- Ferreira, M. M. (2009). *Evolução da Iluminação na Cidade do Rio de Janeiro: Contribuições Tecnológicas*. Synergia.
- Galdino, L. (2011). *A Astronomia Indígena* (M. Haurélio, Eds.). São Paulo: Nova Alexandria.
- Gerson, B. (1954). *Histórias das Ruas do Rio* (Vol. 9). Folha Carioca.
- Gallaway, T. (2014). The value of the night sky. In J. Meier, U. Hasenöhrl, K. Krause, & M. Pottharst (Eds.), *Urban Lighting, Light Pollution and Society* (pp. 267–283). New York: Routledge.
- Góis, M. P. F. (2015). *Paisagens Noturnas Cariocas: Formas e práticas da noite na cidade do Rio de Janeiro* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia].
- Hennrich, D. M. (2019). A abertura da noite e as trevas do dia. Problemas filosóficos acerca da iluminação planetária. In J. D. G. Jorge & C. H. Ferreira (Eds.), *Os caminhos da noite: Topografias e topologias da cidade nocturna* (pp. 29–35). Lisboa: Sustenta - Laboratório de Projecto Sustentável; Caleidoscópio.
- Lima, F. P., Barbosa, P. F., Campos, M. D., Jafelice, L. C., & Borges, L. C. (2014). Relações céu-terra entre os indígenas no Brasil: Distintos céus, diferentes olhares. In O. T. Matsuura (Eds.), *História da Astronomia no Brasil* (Vol. 1, pp. 86–129). Recife: Cepe.
- Matsuura, O. (2022). Astronomia no Brasil e independência: História da Astronomia no Brasil, desde a chegada de Cabral até a Independência, tem início num dos primeiros usos da determinação astronômica da latitude, inventada pelos portugueses para a arte de navegar. *Ciência e Cultura*, 74(3), 1–25. <https://doi.org/10.5935/2317-6660.20220042>
- Mendonça, L. L. de. (2004). *Reflexos da Cidade—A Iluminação Pública na cidade do Rio de Janeiro 1565-1930* (2a ed.). Rio de Janeiro: Memória de Eletricidade.
- Mourão, R. R. de F. (2000). *Astronomia do Macunaíma* (Vol. 1). Belo Horizonte: Itatiaia.
- Oliveira, C. L. (2011). Noite de luar intenso. In *Flores raras e banalíssimas: A história de Lota de Macedo Soares e Elizabeth Bishop*. Rio de Janeiro: Rocco Digital.
- O'Donnell, J. (2013). *A invenção de Copacabana: Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Palmer, B. D. (2000). *Cultures of Darkness: Night Travels in the Histories of Transgression*. New York: Monthly Review Press.
- Pereira, M. da S. (2010). A exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *Arquitempo*, 1(16), 6–27.
- Pesavento, S. J. (2002). *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano—Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre* (2º ed.). Porto Alegre: UFRGS.
- Rio, J. do. (1995). *A alma encantadora das ruas* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.
- Schivelbusch, W. (1995). *Disenchanted Night: The Industrialization of Light in the Nineteenth Century*. Berkeley: University of California Press.
- Schlör, J. (2016). *Nights in the Big City: Paris, Berlin, London 1840-1930* (2º ed.). London: Reaktion Books.

SMH, Secretaria Municipal de Habitação (2003). *Mapa de Intervenções do Programa Favela Bairro*. <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/mapas.htm>

Sordello, R. et al. (2021). A plea for a worldwide development of dark infrastructure for biodiversity – Practical examples and ways to go forward. *Landscape and Urban Planning*, 219, 104332. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2021.104332>

Iconografia e cartografia

L.A.C. (18--). Bahia de Rio de Janeiro [Gravura, litografia]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1463211/icon1463211.jpg

Manso, J. M. (1850). *Plano da planta da cidade e subúrbios do Rio de Janeiro* [Mapa]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart309961/cart309961.jpg

Vista nocturna do Corcovado: vista panorâmica (1935?). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309829/icon1419763.jpg

Hemerografia

A praia de Botafogo (8 de março de 1855). *Jornal do Commercio*, pp. 2. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_04/8233

Araujo, M. (outubro de 1937). O sentido das luzes. *Revista Light*, pp. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. <http://memoria.bn.br/docreader/341177/4678>

Communicado (28 de março de 1854). *Correio Mercantil*, pp. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/217280/8761>

Deslumbrante festa marítima (14 de junho, 1880). *Jornal do Commercio*, pp. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_07/985

Dois Irmãos sem luz (7 de abril de 1998). *Jornal do Brasil*, Cidade, pp. 17. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.br/docreader/030015_11/238634

Dutra, Soraya (9 de dezembro de 1987). “Namoródromos” sem “vaga-lumes”. *Jornal do Brasil*, Cidade, pp.4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/218435

Iluminação Pública (n. 6, dezembro de 1927). *Revista Brasileira de Engenharia*, pp. 287. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. <http://memoria.bn.br/DocReader/180793/2243>

Extraordinario meteoro (abril de 1843). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), pp. 224. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/893676/2328>

História da Iluminação, Cap. VI (outubro de 1989). *Revista GE*, pp. 94. Acervo Histórico da Light.

Iphan e prefeito abrem ‘Guerra das Luzes’ (25 de abril de 1996). *Jornal do Brasil*, Cidade, p. 20. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.br/docreader/030015_11/179450

Mariposa é problema do Corcovado (9 de junho de 1973). *Jornal do Brasil*, Cidade, pp.12. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/11311

Monumentos do Rio ficarão sem luz (3 de maio de 2001). *Jornal do Brasil*, Cidade, pp.20. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/40289

Onde o céu brilha mais (8 de janeiro de 1974). *Jornal do Brasil*, Caderno B, pp.4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_09/26345

Outra floresta em perigo (7 de maio, 1976). *Jornal Opinião*, pp.8. Acervo da Fundação Biblioteca

Nacional – Brasil. <http://memoria.bn.br/DocReader/123307/4222>

Pereira, D. (n. 1, maio de 1934). A luz na arquitetura nova. *Revista de Arquitetura*, pp. 19-22. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. <http://memoria.bn.br/DocReader/142328/21>

Pereira, D. Iluminação Pública (1ª parte, abril de 1954). *Revista GE*, pp.19-31, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. <http://memoria.bn.br/docreader/125091/153>

Pesquisador diz que nichos garantem sobrevivência de insetos nas matas da Tijuca (27 de março de 1974). *Jornal do Brasil*, Saúde, pp. 12. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/31216

Planetário mostra céu da poltrona (22 de novembro de 1970). *O Jornal*, p 6. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.br/docreader/110523_06/89625

Revista da Imprensa (23 de fevereiro de 1880). *Gazeta da Noite*, pp.1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/710725/1033>

Rio, J. do. (X) (6 de dezembro de 1903). A cidade. *Gazeta de Notícias*, pp. 2. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/6745

Rio, J. do. (23 de maio de 1917). A Praia Maravilhosa. *O Paiz*, pp.3. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/35056

Sessão em (18 maio de 1855). *Annaes do Parlamento Brazileiro*, pp. 27. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/132489/35961>